

## COMPREENDENDO A CRISE DA EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT

Camilla G. N. Borges\*

### RESUMO

O presente artigo discute a reflexão de Hannah Arendt sobre a crise da educação no mundo contemporâneo. Ensinando que crítica e crise são fenômenos modernos indissociáveis e nos convida a enxergar a crise como momento privilegiado para o exercício da atividade da crítica. Para Arendt, a crise na educação deve ser entendida como oportunidade crucial para reflexões críticas a respeito do próprio processo educativo.

A obra de Arendt é considerada em diálogo com a perspectiva de Marx, não com o objetivo de torna-la mais uma voz marxista, mas, sim, objetivando a educação como parte essencial da totalidade de nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Arendt, Autoridade, Educação

### INTRODUÇÃO

Uma rápida e simples pesquisa em artigos e trabalhos apresentados em fontes relacionadas ao tema da educação, nos leva a constatar o que de fato propõe os sentidos comuns que nos circundam, ocorre sim, uma crise no ensino. Ora os artigos se fundamentam na perspectiva dos professores, incentivando-os a uma perseverança no esforço pela causa da educação, ora inquirindo quais seriam os problemas, nesses casos, muito se fala em metodologias didáticas; ora averiguando questões de ordem psicológica, de modo que o educador tenha uma atitude compreensiva com o aluno. Outras vezes, transferem ao Estado a culpa por uma educação deficitária. Hannah Arendt, porém, problematiza em seu artigo “A crise da educação” a partir de uma perspectiva ontológica, em que esse é apenas mais um sintoma do correlato de uma crise de estabilidade de todas as instituições políticas e sociais de nosso tempo. A autora

---

\* Graduanda em Ciências Sociais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Contato: [camillagnb@hotmail.com](mailto:camillagnb@hotmail.com)

argumenta utilizando como recursos análises fenomenológicas e filológicas que jazem nas relações humanas a fim de observar aspectos mais profundos da discussão.

Publicado pela primeira vez em 1957, o artigo permanece demasiadamente profícuo. A autora inicia sua discussão tratando da crise geral no mundo moderno, dos quais o mais destacado e digno de observação é o da educação. Apesar dos esforços pela resolução dessa crise, a incapacidade de solucioná-la somada à maneira como ela atingiu o campo da política são as principais provas de seu caráter problemático e dos graves prejuízos sociais causados por ela. No entanto, a crise é uma dádiva não como fruto do celeste, nem como experiência de deleite, mas, é dádiva porque propicia a revisão, a análise, à desconstrução dos paradigmas estatizantes.

Utilizando como caso específico de certo tempo, a América, Arendt revela o caráter político desempenhado pela educação em momentos da história humana. A análise da crise na educação americana possibilita o conhecimento, a compreensão de elementos tanto particularmente educacionais como qualquer outro elemento da realidade mundial. Sendo assim, esse caráter americano, devido sua história como terra de imigrantes, de desejo pelo novo, de “americanização” dos pequenos recém-chegados, de alcançar os pais dessas crianças estrangeiras, promovendo uma singular importância política à educação, não deve ser confundido com o uso da educação como instrumento da política, ocorrido na Europa. Foi a partir de uma forte influência de Rousseau que a modernidade em muitos lugares, mas principalmente na Europa, assumiu uma perspectiva de que as crianças são a esperança da realização dos ideais políticos de uma sociedade, de modo que fora assim que a educação ganhou esse caráter de instrumento político. Arendt crítica tal atitude, ao dizer que,

[...] a educação não pode desempenhar nenhum papel na política porque na política se lida sempre com pessoas já educadas. Aqueles que se propõem educar adultos, o que realmente pretendem é agir como seus guardiões e afastá-los da atividade política. (ARENDR, 2005, p. 3).

E quando a educação se volta para os já educados ela não tem outro propósito senão o do controle coercitivo. Durkheim se debruçou sobre a questão do ensino como fundamental para a integração de todos na sociedade, no entanto, a educação escolar não é possível sem a definição e a imposição de um conjunto de regras que devem ser respeitadas. É preciso que os alunos adquiram certos valores, certas crenças, certos hábitos, certas atitudes. Cumprindo um mandato social, o professor então atua no

sentido de os levar a respeitar certas regras. Na prática, este objetivo pressupõe e exige que o professor tenha autoridade (DURKHEIM, 1972, p. 53-54). Essa autoridade é desempenhada numa relação completamente assimétrica.

Sendo a América, um país democrático, então igualitário, desse modo, incorporando tão arraigadamente seus ideais, a educação assume o aspecto de educação de massa, atingindo indiscriminadamente todas as classes sociais. De início, isto parece totalmente desejável, porém, também é um agravante da crise na educação. Segundo Arendt:

Deste modo, o que faz com que a crise da educação seja tão especialmente aguda entre nós é o temperamento político do país, o qual luta, por si próprio, por igualar ou apagar tanto quanto possível a diferença entre novos e velhos, entre dotados e não dotados, enfim, entre crianças e adultos, em particular, entre alunos e professores. É óbvio que este nivelamento só pode ser efetivamente alcançado à custa da autoridade do professor e em detrimento dos estudantes mais dotados. (ARENDR, 2005, p. 5).

Essa contradição se funda numa concepção de que a mera compreensão dos indivíduos como iguais promove a real manutenção das necessidades de cada um. Para Franco Cambi, esse momento em que a educação se apresenta como uma educação para o poder, e para a conformação aos seus modelos de forma implícita, momento quando se torna explícito o objetivo educativo, mas, paradoxalmente a um desejo de libertação do indivíduo, está um desejo de governo, que é essencialmente padronizante. Nas palavras de Cambi:

[...]a modernidade nasce como uma projeção pedagógica que se dispõe, ambigualmente, na dimensão da libertação e na dimensão do domínio, dando vida a um projeto complexo e dialético, também, contraditório, animado por um duplo desafio: o de emancipação e o de conformação, que permaneceram no centro da história moderna e contemporânea como uma antinomia constitutiva, talvez não superável, ao mesmo tempo estrutural e caracterizante da aventura educativa do mundo moderno. (CAMBI, 1999, p. 203).

Cambi, deixa bem claro que o artesão desse complexo projeto de pedagogização da sociedade, de formação e produção de comportamentos integrados aos fins globais da vida social é o Estado, entendido como poder exercido de um centro. Na política, a igualdade é sumamente necessária, pois, como exemplo, no caso da relação entre negros e brancos, não há diferença, nesse campo todos são iguais. Porém, no campo da educação cada um tem o direito de seguir determinado costume, de ter

uma instrução aos modos de sua cultura. Não supondo inferioridade ou superioridade, mas sim, valorizando as singularidades e diversidades de cada um, as quais são verdadeiras fontes de riquezas humanas e culturais. Igualdade na educação pode significar massificação, igualdade na política implica direitos e deveres iguais para todos. Para Arendt, o problema educacional é um problema político de primeira grandeza e não simplesmente uma questão pedagógica. Mas, não significa que a educação deve ser empreendida como ferramenta política, no sentido coercitivo e conformativo.

As consequências que derivam dessa tentativa de nivelamento, segundo Arendt, são explicadas pela construção de “um mundo à parte da criança”, em que essas crianças adquirem autonomia educativa, de modo que, igualada entre os do seu grupo, e entregues a essa sua autonomia, não comungam o mundo dos adultos. Outra construção ideal que se deu fora a especialização de um professor na própria ação do ensino, não mais especialista em um saber específico. Retirando-se assim, a fonte mais legítima da autoridade do professor, a sua específica competência. Essa mesma autoridade que conferia ao professor a capacidade de ser exercida sem a necessidade de autoritarismos no ambiente do ensino. A terceira idealização desse tripé idealizante fora construído pelo pragmatismo do saber-fazer, em que se inculca o domínio de um fazer. Há, conforme a autora, um reconhecimento do caráter destrutivo dessa tríade. O fracasso da função mediadora que a educação deveriam cumprir entre o ambiente familiar e o mundo adulto vem se agravando em função das escolhas pedagógicas baseadas nessa tríade. Em vez de se estabelecer enquanto lugar fundamental de formação e preparação de jovens e crianças para o mundo público dos adultos, o campo educacional viu surgir métodos pedagógicos e psicológicos centrados num mundo à parte da criança, que se encontra alienada do mundo real em que habita.

Urgindo antes, não de metodologias e respostas fáceis, mas de uma discussão que aponta para o cerne desses problemas que são sintomas de uma crise geral. Essa emancipação das mulheres, das crianças e dos trabalhadores aponta senão para uma liberdade individual, uma rejeição das responsabilidades sociais.

É que, em todo o lado onde a verdadeira autoridade existia, ela estava unida à responsabilidade pelo curso das coisas no mundo. Nesse sentido, se se retira a autoridade da vida política e pública, isso pode querer significar que, daí em diante, passa a ser exigida a cada um uma igual responsabilidade pelo curso do mundo. Mas, isso pode também querer dizer que, consciente ou inconscientemente, as exigências do mundo e a sua necessidade de ordem

estão a ser repudiadas; que a responsabilidade pelo mundo está, toda ela, a ser rejeitada, isto é, tanto a responsabilidade de dar ordens como a de lhes obedecer. Não há dúvida de que, na moderna perda de autoridade, estas intenções desempenham ambas o seu papel e têm muitas vezes trabalhado juntas, de forma simultânea e inextricável. (ARENDRT, 2005, p. 11)

A crise na educação, como a própria Arendt sugere no início de sua discussão, não é má em si mesma, antes, deve ser entendida como parte da tensão inevitável entre novidade e conservação que experimentamos na existência humana histórica. É interessante também, pensar a educação como o fruto do labor humano e não como algo com existência autônoma, portanto, como um papel fetichizado. Conforme argumenta Ivo Tonet:

Já aqui pode-se perceber que o sentido da educação não é determinado por ela mesma. Vale dizer, não são os que fazem a educação e nem sequer o Estado ou outras instâncias sociais que estabelecem qual o sentido dessa atividade. Nesses vários níveis se decide a sua forma concreta, mas não o seu sentido mais profundo. Este é definido pelas necessidades mais gerais da reprodução do ser social. Ora, como o trabalho é o fundamento ontológico do ser social é óbvio que em cada momento e lugar históricos, uma determinada forma de trabalho será a base de uma determinada forma de sociabilidade e, portanto, de uma certa forma concreta de educação. (TONET, 2011, p. 10)

Logo, a educação é produto humano, produto dessa intermediação necessária entre o velho mundo e os recém-chegados, e assim a renovação dessa existência humana. Mas, não se devem buscar formas rígidas que como receitas de bolo sempre terão sucesso no que se propõe. Cada momento e lugar histórico produzirão seus ideais e seus meios para a educação. Os conflitos e as crises, como nos ensina a história, são sempre recorrentes. A educação medieval exemplifica bem como esse problema não é apenas local e específico dos dias atuais, mas que se funda na sua origem, digo como fruto das humanidades de dados momentos históricos. A educação ofertada na idade média era fruto de uma interpretação enclausurante do cristianismo que reproduzia em sua metodologia e filosofia de ensino justamente esse encarceramento do humano, essa práxis se fundava em uma hermenêutica equivocada, mas consensualmente aceita e legitimada pelas instituições sociais do período. A despeito de qualquer discussão teológica que se possa fazer a esse respeito, o que aqui nos compete é observar como de fato, cada momento histórico produz sua forma concreta de educação.

Hannah Arendt ao finalizar sua análise, busca equacionar o necessário equilíbrio na utilização da autoridade e da tradição no âmbito educacional, que agora emerge em um mundo não mais sustentado pela autoridade e pelas velhas convenções

tradicionais. De forma brilhante, ela propõe não o mundo da criança, mas o mundo da educação, distinto de outros domínios, a fim de que se possa utilizar, conforme for devido, a autoridade e a tradição. Porque é preciso voltar-se para o passado do nosso velho mundo a fim de aprendermos o que ele é, e a escola deve exercer esse papel de apresentar às crianças o que é o mundo, a autora refuta a concepção da educação como uma iniciação na arte de viver, lhe entregar respostas prontas em minimizações do mundo.

Essa reorganização do processo educativo já é uma necessidade de reafirmação da identidade daquilo que se pretende chamar por escola, ou do que seja educação. A criação desse mundo como a delimitação de um ambiente específico, para então definir sua atuação, seus objetivos e limites, não é outra coisa senão parte dessa crise mais geral de perda de identidades, o fruto de uma sociedade que através das elaborações de Marx, compreendemos que tornou-se uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades novas, criando sempre contrários constantes. Um tempo em que, como disse Marx: “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Vivemos num momento histórico de fragmentação, num tempo de pleno individualismo, em que os indivíduos buscam um orgasmo existencial cotidiano e ininterrupto. Sintomas muito bem alcançados e percebidos por Hannah Arendt em sua busca pelas raízes do problema ao observar a crise na educação, que é, portanto, uma crise existencial em que ninguém deseja se responsabilizar pelo mundo, pela vida.

Desse modo, perante a atual crise de identidade e de valores, a autora propõe essa delimitação da educação como lugar específico, com identidade e linguagem específicas. Concordando com a autora, mas, desejosa de ressaltar o retorno a uma problematização que não se deve limitar à uma parte do todo em que se constitui a crise, mas, abarcando o todo em que se constitui a sociedade e em que vivem os educandos. Desse modo, não será possível nos restringirmos a uma análise superficial, em que os educandos são percebidos nesse aspecto isolado e não no aspecto amplo em que se constituem. Nessa perspectiva alcançaremos de fato uma educação humana, integral, responsável e transdisciplinar, não parcial, não fragmentada, não imediatista. Nos enriquece muito finalizarmos com as conclusões de Arendt neste presente artigo:

A educação é assim o ponto em que se decide se se ama suficientemente o mundo para assumir responsabilidade por ele e, mais ainda, para o salvar da ruína que seria inevitável sem a renovação, sem a chegada dos novos e dos

jovens. A educação é também o lugar em que se decide se se amam suficientemente as nossas crianças para não as expulsar do nosso mundo deixando-as entregues a si próprias, para não lhes retirar a possibilidade de realizar qualquer coisa de novo, qualquer coisa que não tínhamos previsto, para, ao invés, antecipadamente as preparar para a tarefa de renovação de um mundo comum. (ARENDETT, 2005, p. 14)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

TONET, Ivo. **Educação e ontologia marxiana**. Revista HISTEDBR On-line, v. 01, p. 01-11, 201

ARENDETT, Hannah. **A crise na educação**. In: *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5ª ed. de 2000. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1999.